



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

EDITAL PROCESSO Nº 056/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

A Câmara Municipal de Vereadores de Esteio/RS, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE" nos termos do presente edital e seus anexos, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva (elaboração e execução do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle), de acordo com a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018), corretiva e instalação e desinstalação de aparelhos condicionadores de ar, com fornecimento parcial de peças, incluindo mão-de-obra e o fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços descritos abaixo a ser pago em valor fixo mensal, conforme Termo de Referência em anexo.

O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Resolução da Câmara nº 834/2024; Lei Federal nº 14.133/2021; da LC 123/2006 e suas alterações e demais legislações pertinentes, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e nos seus anexos.

As empresas que desejarem participar do referido "PREGÃO" deverão acessar o sítio www.pregaobanrisul.com.br necessitando estar credenciadas junto à Seção de Cadastro da CELIC (Central de Licitações/RS), podendo ser acessada pelo sítio www.ceclic.rs.gov.br.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados por *download*, no seguinte endereço: www.pregaobanrisul.com.br

1- OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva (elaboração e execução do PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle, de acordo com a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018), corretiva e instalação de aparelhos condicionadores de ar, com fornecimento parcial de peças, incluindo mão-de-obra e o fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços descritos abaixo a ser pago em valor fixo mensal, de acordo com este edital e Termo de Referência.

2. DO CALENDÁRIO

2.1. Divulgação do Edital

O Edital será divulgado no dia **29/10/2024**.

2.2. Da Sessão Pública do Pregão Eletrônico

Data da abertura das propostas: **12/11/2024**.

Hora limite para recebimento de propostas: **12/11/2024, às 12h**.

Data e hora da disputa de preços: **12/11/2024 – 14h**

Modo de Disputa: Aberto

Formalização de consultas/impugnações/recursos: via sistema.

Prazo de Intenção de Recurso: 10 (dez) minutos, imediatamente após a habilitação da licitante vencedora.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas que estejam credenciadas junto à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações/RS, acessada por meio do sítio www.celic.rs.gov.br, e que atendam todas as exigências editalícias.

3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Câmara responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

3.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

3.5. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa(s) categoria(s).

3.5.1. A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.6. Não poderão participar deste Pregão:

a) Licitantes que estejam suspensos ou impedidos de licitar pela Câmara Municipal de Esteio ou por outro órgão da Administração Pública.

b) Licitantes que estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial.

c) Licitantes que sejam declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera de governo.

d) Licitantes cujos objetos sociais não sejam compatíveis com o objeto deste Pregão.

e) Licitantes que possuam, no quadro da empresa, sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Câmara, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus Vereadores.

f) licitantes que não realizaram a visita técnica, ou que realizaram a visita, mas que não anexaram o documento comprobatório junto com a proposta inicial.

f.1. Exige-se a realização de visita prévia, por parte dos futuros licitantes, de modo a inspecionar fisicamente os equipamentos que envolvem o objeto do certame, sendo fornecido atestado de visita técnica, que deverá ser

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

apresentado junto com a proposta inicial.

f.2. Caso o licitante não venha a realizar a visita técnica, este será desclassificado do certame.

f.3. A visita deverá ser agendada no telefone (51) 34585038.

f.4. A visita técnica poderá ocorrer até 24h antes do certame.

3.7. Fica vedada também a participação de empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição Câmara, para o exercício de funções de chefia, pessoa que:

I. foi condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos casos de:

a) atos de improbidade administrativa;

b) crimes:

b.1) contra a administração pública;

b.2) contra a incolumidade pública;

b.3) contra a fé pública;

b.4) hediondos;

b.5) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

b.6) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

b.7) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

b.8) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

II. praticou atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

III. foi excluída do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

IV. teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

3.7.1. Não se aplicam as vedações do item I quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo.

3.7.2. Deixam de incidir as vedações dos itens I a IV depois de decorridos cinco anos da:

I. extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

II. decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

III. rejeição das contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas; ou

IV. cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A partir da publicação/divulgação deste Edital, até a data e horário previstos no item 2 os que desejarem participar poderão encaminhar as propostas através do sítio eletrônico informado neste Instrumento.

4.2. O encaminhamento da proposta pressupõe adesão, pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

4.3. A proposta de preço deverá ser enviada nos termos do Anexo II, constando, sob pena de desclassificação:

4.3.1. a **descrição detalhada do objeto**, conforme especificações contidas no

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

Anexo I deste Edital;

4.3.2. a indicação clara do preço mensal e anual, devendo estar incluídos no valor, obrigatoriamente, todos os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais ou de qualquer natureza, seguro, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o valor proposto;

4.3.3. a declaração de que durante a vigência do contrato todo o atendimento técnico necessário será prestado no local definido no Termo de Referência ou aquele a ser designado.

4.3.4. a indicação do prazo de validade da proposta, que será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do Pregão.

4.4. Deverão constar na proposta todos os dados da empresa, tais como razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, correio eletrônico, dados da conta corrente, o nome do responsável para realizar quaisquer tratativas junto a Câmara, bem como o nome do responsável pela assinatura do contrato ou recebimento do Pedido de serviços, conforme o caso.

4.5. O upload da proposta e termo comprobatório de visita técnica no site www.pregaobarisul.com.br será de total responsabilidade do licitante, o qual deverá se certificar de que a proposta e termo comprobatório de visita técnica anexados estejam visíveis e legíveis em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação do Pregoeiro que não seja abrir e imprimir o arquivo, sob pena de desclassificação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A partir do horário previsto terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, onde o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, classificando aquelas que atendam ao Edital e desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos.

5.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas.

5.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances.

6. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

6.1. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

6.2. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.

6.3. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

5

6.5. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.7. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.8. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 6.6 e 6.7 a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.9. No caso de a sessão encerrar sem prorrogação automática, o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, aplicando-se os subitens 6.6 e 6.7.

6.10. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será interrompida e terá reinício somente após comunicação expressa aos licitantes.

6.12. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei complementar nº 123/2006.

6.12.1. Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada. O Sistema informará às empresas que se enquadrarem neste item.

6.12.2. Não ocorrerá o empate se a proposta melhor classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

6.12.3. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. A proposta deverá ser apresentada no prazo máximo de 15(quinze) minutos a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

6.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.12.1, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12.5. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o item 6.12.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.12.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.13. Encerrada a etapa de lances, será realizada negociação, se necessário, por meio do sistema, com o proponente do lance de menor valor, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.14. Iniciada a negociação pelo Pregoeiro, o licitante terá 15 (quinze) minutos para manifestar-se, sob pena de preclusão.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

6.14.1. Decorrido o prazo sem resposta, o Pregoeiro encerrará a negociação e poderá reabri-la mediante pedido justificado.

6.15. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances deverá ser: **percentual de 1% (um por cento)**, no comparativo com o lance anterior.

6

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. O critério de julgamento de classificação das empresas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, de forma mensal.

7.2. Concluída a etapa de lances ou a negociação, quando houver, será aberto prazo de 1(uma) hora, para a empresa vencedora realizar o *upload* da sua proposta final atualizada (conforme Anexo II).

7.2.1. A pedido da empresa e por decisão do Pregoeiro, tal prazo poderá ser prorrogado.

7.3. Será desclassificada a proposta que:

não atender a todos os requisitos exigidos no 4º item deste Edital;
contiver opções alternativas quando uma delas desatender ao exigido;
divergir dos termos deste Edital;
omitir-se em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas; ou
opuser-se a qualquer dispositivo legal vigente.

7.4. Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não pedidas neste Edital.

7.5. Em caso de divergência entre valores numerais e valores por extenso, prevalecerão estes últimos; entre unitários e totais, os primeiros.

7.6. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

7.7. Efetuado o aceite a proposta, dar-se-á seguimento à fase de habilitação, com a apresentação dos documentos, conforme o item 8º, e da proposta final original.

7.8. No caso de a proposta não ser aceita, o Pregoeiro convocará a próxima empresa, conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O licitante classificado em 1º (primeiro) lugar, cuja proposta foi aceita, deverá anexar **ao sistema** os documentos a seguir relacionados, no prazo de 2(duas) horas, prorrogáveis a pedido e por decisão do pregoeiro:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado, ainda, de documentos de eleição de seus administradores; e registro comercial, no caso de empresa individual;

c) prova de regularidade de situação perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

d) prova de regularidade quanto aos tributos federais, abrangendo inclusive os relativos à seguridade social (INSS), e à dívida ativa da União (DAU), emitida pelo Ministério da Fazenda;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante,

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

contemplando todos os tributos de competência da esfera;

f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011);

h) certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores da data prevista para a abertura da sessão;

i) declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação, exigível somente em caso positivo, ficando sujeito às penalidades cabíveis no caso de omissão;

j) declaração, em papel timbrado do licitante, firmada por pessoa legalmente habilitada, bem como o número da identidade e do CPF, de que o licitante está cumprindo com a exigência contida nos Artigos 402 a 405 da CLT, no que diz respeito ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito anos, e ainda, ao trabalho de menor entre quatorze e dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;

k) declaração, em papel timbrado do licitante, firmado por pessoa legalmente habilitada, da inexistência, no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Câmara, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus Vereadores;

l) declaração, em papel timbrado do licitante, de que possui suporte técnico/administrativo, aparelhamento, instalações e condições adequadas, disponíveis para a execução dos serviços objeto desta licitação;

m) declaração, em papel timbrado do licitante, de que empregará equipe técnica qualificada, treinada e com experiência, para realizar os serviços elencados neste Edital;

n) declaração, em papel timbrado do licitante, de que possui responsável técnico devidamente cadastrado no registro de classe para emissão de ART para execução do PMOC;

o) no mínimo 2(dois) atestados de capacidade técnica, emitidos em papel timbrado da empresa contratante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovadores de que a licitante tenha prestado ou preste serviços da mesma natureza, com bom desempenho, e compatível com o objeto desta licitação, inclusive com PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle)

p) Que cumpre com o Artigo 116 da Lei 14.133/2024, exceto nos casos previstos no Artigo 93 da Lei 8.213/1991, no Artigo 429 da CLT c/c Artigo 51, III da LC 123/2006, Art. 56, I do Decreto Federal 9.579/2018 com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal 11.061/2022.

8.2. Caso haja certidões vencidas na data da apresentação, deverão elas ser apresentadas, com a data de validade atualizada, juntamente com o cadastro.

8.3. Os documentos nos subitens 8.1 e 8.2 poderão ser entregues eletronicamente, porém, caso venha ser necessário fazê-lo fisicamente apresentando o original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Câmara, poderá entregá-lo no setor de

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

licitações e contratos da Câmara, no prazo a ser fixado pelo pregoeiro.

8.4.1. Em havendo alguma restrição quanto às certidões mencionadas, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, cujo termo inicial corresponderá à convocação para a apresentação dos documentos de habilitação.

8.4.2. Não terá direito ao prazo previsto no subitem anterior a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à regularidade fiscal.

8.4.3. A não regularização desta documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Pregão, e o Pregoeiro convocará a próxima empresa, conforme ordem de classificação da etapa de lances.

8.5. Aceitos os documentos de habilitação, abrir-se-á prazo para manifestação de intenção de recurso de 10 (dez) minutos contra todo e qualquer ato realizado durante a sessão de pregão eletrônico.

8.6. No caso de a empresa ser declarada inabilitada, o Pregoeiro convocará a próxima empresa conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

9.1. As impugnações ao ato convocatório do Pregão, pedido de esclarecimentos ou providências serão recebidas, por meio exclusivamente eletrônico, por qualquer pessoa, física ou jurídica, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, onde poderá ser solicitado por qualquer interessado através do site <https://pregaobanrisul.com.br/>;

9.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

9.3. Caberá ao Pregoeiro receber e encaminhar sobre a impugnação à autoridade competente, que decidirá anteriormente à realização do certame.

9.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas em mesmo meio, através do site <https://pregaobanrisul.com.br/>, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

9.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10. DOS RECURSOS

10.1. Ao encerramento da sessão, após análise da proposta final, dos documentos de habilitação e do resultado, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, dentro do tempo de

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

10 (dez) minutos.

10.2. Após o aceite do Pregoeiro da intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias para o registro no sistema de seus memoriais do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

10.3. Os recursos serão interpostos por escrito e encaminhados via sistema dirigidos ao Pregoeiro.

10.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas o objeto do recurso.

10.6. Os recursos serão decididos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

10.7. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.8. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será adjudicado pelo Pregoeiro e encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO/PEDIDO

12.1. O termo de contrato será enviado para o correio eletrônico constante na proposta de preços da vencedora.

12.2. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para devolução do contrato assinado, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação.

12.3. É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

12.4. As cláusulas relativas aos prazos e vigência contratual, condições gerais, obrigações da contratada e do contratante, fiscalização, pagamentos, penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, estão previstas na Minuta de Contrato e deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s).

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Servirá de cobertura para a(s) despesa(s) dotação(ões) orçamentária(s):
01 – Câmara de Vereadores

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

02 – Administração da Câmara

01.02.01.122.0014.2306- Gerir as Atividades Administrativas da Câmara de Vereadores

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) após o aceite da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da apresentação da(s) fatura(s) revisada(s) e aceita(s) pela fiscalização.

14.2. A(s) fatura(s) enviadas não deverá(ão) portar vícios ou incorreções que atrasem ou impossibilitem o pagamento, hipótese em que a CONTRATADA suportará o ônus decorrente do atraso.

14.2.1. Somente serão aceitas notas fiscais eletrônicas, com exceção das Microempresa e empresa de pequeno porte.

14.2.2. As notas fiscais eletrônicas devem ser enviadas para: camara.esteio@esteio.rs.leg.br;

14.3. O preço contratado será considerado completo, incluindo despesas de todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, encargos sociais, administrativos, lucros, e qualquer outra despesa não especificada neste Contrato.

15. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

15.1. A prestação dos serviços constantes no presente Termo de Referência é de natureza continuada, razão pela qual o Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, com preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

16. DO REAJUSTE CONTRATUAL

16.1. Os preços são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, o que for mais vantajoso para a Administração.

17. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

17.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições contratuais estipuladas, sem que lhe caiba qualquer reclamação, com amparo no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Toda e qualquer alteração, no que couber, deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, vedada a modificação do objeto.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Câmara, através de servidor devidamente designado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na entrega do objeto.

18.2. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem qualquer ônus para a Câmara.

18.3. Qualquer fiscalização exercida pela Câmara, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do objeto e não exime a contratada de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do mesmo.

18.4. A fiscalização da Câmara, em especial, terá o dever de verificar a qualidade do objeto a ser entregue, observando todas as exigências editalícias, podendo exigir sua reexecução quando este não atender os termos do que foi proposto e contratado.

11

19. DAS PENALIDADE

19.1. No caso de não assinatura do Instrumento Contratual no prazo previsto no item 11.2, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total adjudicado.

19.2. O descumprimento de obrigações contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

19.2.1. Advertência escrita:

a) Considerando o número de advertências e a gravidade do descumprimento, poderá ser encaminhado o caso a autoridade competente, com pedido formal de rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável.

19.2.2. Multa:

a) Multa de 0,3% por dia de atraso relativamente a qualquer dos prazos previstos na Nota de empenho, aplicável sobre o valor total do Contrato, atualizado, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias;

b) Multa de 15% no caso de inexecução parcial do Contrato, atraso relativamente a qualquer dos prazos previstos no Contrato superior a 10 (dez) dias e limitado a 20 (vinte) dias, aplicável sobre o valor total do Contrato, atualizado;

c) Multa de 25% no caso de atraso relativamente a qualquer dos prazos previstos no Contrato, transcorridos 21 (vinte e um) dias do prazo estabelecido na Nota de empenho, e na **inexecução total do Contrato**, aplicável sobre o valor total do Contrato, atualizado.

19.3. A ocorrência das hipóteses previstas nas alíneas “b” ou “c” do subitem supra, a CONTRATADA, além da aplicação da multa, sofrerá as penalidades previstas no Artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

a) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano, por inexecução parcial do contrato;

b) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

19.4. No caso de aplicação de multa, a CONTRATADA será notificada, por escrito, da referida sanção administrativa, tendo o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância.

19.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, podendo a licitante efetuar as devidas compensações para quitação dos débitos.

19.6. Na aplicação dessas sanções administrativas serão admitidos os recursos previstos em lei, garantida a ampla defesa.

12

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios da isonomia e da finalidade e a segurança da contratação.

20.2. É facultado ao Pregoeiro:

a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.

b) no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

c) convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

20.3. As proponentes intimadas para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

20.4. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.5. São partes integrantes e indismembráveis deste Edital:

a) Anexo I - Termo de Referência;

b) Anexo II - Modelo de Proposta;

c) Anexo III - Minuta do Contrato;

Cristiano Coutinho Mayer
Presidente

Procuradora-chefe
Carolina Alves Bettim
OAB/RS 61.519

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

ANEXO I
PROCESSO Nº 056/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

TERMO DE REFERÊNCIA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA APARELHOS DE AR-CONDICIONADO.

13

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, elaboração e execução do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle), de acordo com a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018), corretiva e instalação de aparelhos condicionadores de ar, com fornecimento parcial de peças, incluindo mão-de-obra e o fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços descritos abaixo a ser pago em valor fixo mensal.

JUSTIFICATIVA

2.1 Em razão de que os aparelhos condicionadores de ar da Câmara de Esteio, na sua grande maioria, não contam mais com período de garantia, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação desses equipamentos. O objetivo é o de assegurar o bom estado de conservação dos aparelhos, prevenindo que apresentem falhas ou defeitos. Destaca-se, ainda, a garantia da saúde, segurança, bem-estar e conforto dos usuários dos ambientes climatizados. Ademais, a manutenção preventiva e corretiva atende exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Mapeamento dos aparelhos e elaboração do PMOC (Plano de Manutenção e Operação e Controle).

Ao início do contrato a empresa terá 60 dias para fazer a identificação de todas as máquinas com numeração própria e também para elaborar e apresentar o PMOC, bem como registrar com anotação de responsabilidade técnica (ART), o qual o custo será de responsabilidade da contratada.

3.1. No PMOC, além das informações obrigatórias, não poderá deixar de registrar o responsável técnico com nome, endereço, registro de classe e ART.

Detalhamento do serviço de recarga de gás.

Ficará a cargo da empresa o preenchimento de gás tanto quanto necessário, inclusive em instalações novas

5. A manutenção PREVENTIVA será realizada através do PMOC, a ser elaborado por um técnico da empresa nos primeiros 15 dias de contrato, e executado por um técnico através de visitas programadas BIMESTRAIS e coordenadas por um supervisor de serviços. E incluem bimestralmente a:

- Limpeza e higienização externa dos condicionadores;

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

- Limpeza dos painéis frontais;
- Limpeza e higienização da serpentina evaporadora;
- Verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis.
- Limpeza interna dos condicionadores;
- Limpeza dos sistemas de drenagem da bandeja de água e condensação;
- Limpeza e verificação dos filtros de ar;
- Reapertar parafusos dos mancais, eixos e suportes;
- Verificação de correias e polias;
- Execução de teste de estanqueidade para detectar possível vazamento de gás refrigerante na unidade condensadora; Complemento de gás, se necessário for sem limite de quantidade;
- Revisão e aperto da parte elétrica, mecânica e de comando da unidade evaporadora e condensadora;
- Verificar aquecimento dos contatos e chaves;
- Inspeccionar e testar instrumentos de segurança e controle;
- Limpeza dos condensadores, quando necessário;
- Limpeza dos filtros da unidade evaporadora;
- Entrega do relatório técnico;

14

5.1 - Os levantamentos de possíveis problemas e reparos serão feitos nas visitas de preventivas bimestrais, os mesmos também podem ser detectados em um chamado de emergência, sendo assim a contratada enviará um cheque-list informando os problemas e uma proposta somente das peças envolvidas, pois não terá o custo dos serviços de mão de obra.

6. - Entende-se por manutenção corretiva os procedimentos de substituição de peças e os reparos (consertos) destinados a sanar defeitos ou falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado dano ou interrupção/suspensão do funcionamento dos aparelhos. Ex: Placas, compressores, motor.

6.1 - ETAPA - MANUTENÇÃO CORRETIVA: A CONTRATANTE agendará uma visita técnica para realização de AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contatos a partir da comunicação pelo e-mail institucional cadastrado; A empresa deverá realizar aferição do equipamento e apontamento do que deverá ser corrigido, esse documento deve ser assinado pelo técnico avaliador e pelo fiscal. Se houverem peças que devem ser substituídas deverá ser informado nesse documento.

6.2. Havendo necessidade de SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS que não constam na lista de peças de pequenos valores a empresa deverá solicitar a compra da peça que será adquirida pela Câmara de Vereadores de Esteio.

Os serviços deverão ser executados no local onde o equipamento se encontra instalado, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo até a oficina da empresa, após prévia autorização do CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.2.1. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela empresa, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do fiscal, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

referidos testes;

6.2.2. A empresa ao final do conserto deverá emitir laudo técnico, responsabilizando-se pelas informações apresentadas, informando sobre os ajustes que foram realizados;

6.2.3. É de responsabilidade da empresa a informação quanto aos equipamentos que não tenham mais condições de reparo e/ou manutenção também. Nesse caso, a empresa deverá laudar o equipamento para a baixa e destinação final.

6.2.4. As peças danificadas quando substituídas deverão ser entregues ao fiscal, após o conserto dos equipamentos. A contratante deverá ser comunicada para acompanhar a substituição de peças, para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes.

6.2.5 Será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE o fornecimento e a aplicação de materiais de consumo de menor custo, e também de peças de baixo valor, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: capacitores, álcool, anilhas de marcação, buchas, conectores, cola, decapante, detergente neutro, esponja, espuma para vedação, estopa, fita de alta fusão, fita dupla face, fita isolante, fita veda roscas, fita silvertape, folha de lixa de ferro, graxa, massa para reparo de evaporadoras, pano, parafusos, porcas, querosene, rebites, silicone para vedação, spray lubrificante antiferrugem, terminais elétricos, vaselina, verniz, entre outros.

6.2.6. Peças/Componentes de maior relevância (9.2) serão adquiridos pela contratante e disponibilizadas para contratada.

6.3. Em relação as instalações e desinstalações, essas serão contempladas dentro do contrato ao número de até 10 (dez) desinstalações e (dez) instalações por ano. **Sendo uma demanda imediata, seis desinstalações e seis instalações de até 30.000 BTUS e duas instalações e duas desinstalações de 60.000 BTUS.** Devendo estar incluídos todo material, incluindo tubulação adicional, caso necessário e carga de gás necessária.

6.4 A contratada deve oferecer atendimento via celular, oferecendo ao cliente um atendimento com os técnicos para quaisquer imprevistos de operação do equipamento.

6.5 Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste certame licitatório.

7. VISITA TÉCNICA:

7.1 Exige-se a realização de visita prévia, por parte dos futuros licitantes, de modo a inspecionar fisicamente os equipamentos que envolvem o objeto do certame, sendo fornecido atestado de visita técnica, que deverá ser apresentado junto com a proposta inicial.

7.1.1. Caso o licitante não venha a realizar a visita técnica, este será desclassificado do certame.

7.2. **A visita deverá ser agendada no telefone (51) 34585038.**

7.3. A visita técnica poderá ocorrer até 24h antes do certame.

8. Lista dos 61 (sessenta e um) equipamentos de ar-condicionado que

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

serão objeto das manutenções:

Item	Tombo	Marca - Capacidade
1	663	LG 12000 btus
2	1874	ELGIN 30.000 BTUS INVERTER
3	1157	Continental 12000 btus
4	1876	ELGIN 30.000 BTUS INVERTER
5	1971	Ar Cond 12.000 BTUS, QF 220v marca Agratto
6	1981	APARELHO AR CONDICIONADO SANSUNG WIND FREE 9 MIL BTUS
7	770	Continental 18000 btus
8	1640	TRANE 18.000 BTUS
9	776	LG 18000 btus
10	1165	Gree 60000 btus
11	1166	Gree 60000 btus
12	744	Gree 60000 btus
13	743	Gree 60000 btus
14	745	Gree 60000 btus
15	742	Gree 60000 btus
16	746	Gree 60000 btus
17	741	Gree 60000 btus
18	777	Electrolux 18000 btus
19	1877	AGRATTO 24.000 BTUS, INVERTER
20	1156	Continental 24000 btus
21	1160	Continental 7000 btus
22	772	LG 9000 btus
23	762	LG 12000 btus
24	1986	APARELHO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS, SPLIT,
25	1982	APARELHO AR CONDICIONADO SANSUNG WIND FREE 12 MIL BTUS
26	751	LG 12000 btus
27	784	Eletrolux 30000 btus
28	1972	QUENTE E FRIIO, INVERTER
29	766	LG 12000 btus
30	769	LG 12000 btus
31	1985	APARELHO AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, QUENTE E FRIIO, INVERTER
32	765	LG 12000 btus
33	764	LG 12000 btus
34	771	LG 12000 btus
35	1973	Ar Cond. 18.000 BTUS, Split Inverter, 220 V, marca Philco
36	768	LG 12000 btus

16

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000
Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

37	749	LG 12000 btus
38	1974	Ar Cond. 18.000 BTUS, Split Inverter, 220 V, marca Philco
39	1878	AGRATTO 24.000 BTUS, INVERTER
40	778	Electrolux 24000 btus
41	1163	Continental 9000 btus
42	1879	AGRATTO 24.000 BTUS, INVERTER
43	783	Electrolux 30000 btus
44	1164	Continental 9000 btus
45	773	LG 12000 btus
46	747	LG 12000 btus
47	1987	APARELHO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS, SPLIT,
48	758	LG 12000 btus
49	782	ELETROLUX 30000 btus
50	1881	AGRATTO 24.000 BTUS, INVERTER
51	1331	LG Cassete 24000 btus
52	1882	AGRATTO 24.000 BTUS, INVERTER
53	1478	Springer Cas. 24000 btus
54	754	LG 12000 btus
55	752	LG 12000 btus
56	761	LG 12000 btus
57	760	LG 12000 btus
58	756	LG 12000 btus
59	780	LG 18000 btus
60	774	LG 12000 btus
61	1875	ELGIN 30.000 BTUS INVERTER

17

9. Lista de peças.

9.1 Lista de peças a serem fornecidas sem custo adicional pela licitante:

Capacitores, display de temperatura, sensor de gelo, relés (para placa eletrônica, compressor e outros), contadores e fusíveis. Demais peças não incluídas no 9.2.

9.2 Lista de peças a serem fornecidas pela Câmara de Esteio:

Compressor, motor do ventilador, hélice do ventilador, placa da condensadora, placa controladora, turbina da evaporadora.

10. Também ficará a critério da contratada, emitir laudos técnicos sobre os problemas detectados e quando houver necessidade da condenação de aparelhos.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

ANEXO II
PROCESSO Nº 056/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

18

MODELO DE PROPOSTA

1. VALOR DO LOTE:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, elaboração e execução do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle), de acordo com a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018), corretiva e instalação e desinstalação de aparelhos condicionadores de ar, com fornecimento parcial de peças, incluindo mão-de-obra e o fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços descritos abaixo a ser pago em valor fixo mensal, de acordo com o Edital e Termo de Referência.		

No preço ofertado, estão incluídos todos os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive relativos a acidentes de trabalho), fiscais, comerciais ou de qualquer natureza, transporte e alimentação, não se admitindo, a qualquer título, acréscimo sobre o valor proposto.

2. DECLARAÇÕES

Tendo em vista a firme e irretratável intenção de contratação com a Câmara Municipal de Esteio/RS, **declaramos:**

- a) que o encaminhamento da proposta pressupõe adesão, pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste edital e termo de Referência;
- b) que atendemos todas as exigências e prescrições editalícias e contratuais.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000
Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

Esta proposta terá validade de ____ (_____) dias.

4. RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:

Cargo:

Telefone da empresa :

Telefone do Responsável:

E-mail:

19

5. DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Nome do contato:

Telefone:

E-mail:

Dados bancários para pagamento:

Local, data.

Nome e Cargo do Responsável pela Empresa

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº 056/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024
Contrato nº. 004/2024

20

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTEIO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 90.871.831/0001-21, com sede na Rua 24 de Agosto, nº 535, Esteio/RS, neste ato representado pelo Presidente Cristiano Coutinho Mayer, ora denominada CONTRATANTE e XXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede em XXXX/RS, na Rua/Av. XXXXXXXXXXXX, número XXXX Bairro XXXX, CEP: XXXXXX, inscrita no CNPJ sob número XXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXX, doravante denominado CONTRATADA, por este instrumento e na melhor forma de Direito, celebram o presente Contrato, bem como das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva, elaboração e execução do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle), de acordo com a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018), corretiva e instalação e desinstalação de aparelhos condicionadores de ar, com fornecimento parcial de peças, incluindo mão-de-obra e o fornecimento de equipamentos necessários à execução dos serviços descritos abaixo a ser pago em valor fixo mensal.

1.2. A manutenção PREVENTIVA será realizada através do PMOC, a ser elaborado por um técnico da empresa nos primeiros 15 dias de contrato, e executado por um técnico através de visitas programadas BIMESTRAIS e coordenadas por um supervisor de serviços. E incluem bimestralmente a:

- Limpeza e higienização externa dos condicionadores;
- Limpeza dos painéis frontais;
- Limpeza e higienização da serpentina evaporadora;
- Verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis.
- Limpeza interna dos condicionadores;
- Limpeza dos sistemas de drenagem da bandeja de água e condensação;
- Limpeza e verificação dos filtros de ar;
- Reapertar parafusos dos mancais, eixos e suportes;
- Verificação de correias e polias;
- Execução de teste de estanqueidade para detectar possível vazamento de gás refrigerante na unidade condensadora; Complemento de gás, se necessário for sem limite de quantidade;
- Revisão e aperto da parte elétrica, mecânica e de comando da unidade evaporadora e condensadora;
- Verificar aquecimento dos contatos e chaves;
- Inspeccionar e testar instrumentos de segurança e controle;

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000
Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

- Limpeza dos condensadores, quando necessário;
- Limpeza dos filtros da unidade evaporadora;

1.3 - Os levantamentos de possíveis problemas e reparos serão feitos nas visitas preventivas bimestrais, os mesmos também podem ser detectados em um chamado de emergência, sendo assim a contratada enviará um cheque-list informando os problemas e das peças envolvidas, principalmente aquelas fornecidas e custeada pela Contratante.

1.4. Manutenção corretiva - procedimentos de substituição de peças, reparos (consertos) destinados a sanar defeitos ou falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado dano ou interrupção/suspensão do funcionamento dos aparelhos. Ex: Placas, compressores, motor.

1.5. O fornecimento pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE o fornecimento de peças como:

1.5.1. Capacitores, display de temperatura, sensor de gelo, relés (para placa eletrônica, compressor e outros), contadores e fusíveis e demais peças, excluindo se: compressor, motor do ventilador, hélice do ventilador, placa da condensadora, placa controladora, turbina da evaporadora.

1.5.2. Os materiais de consumo de menor custo, peças de baixo valor, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: capacitores, álcool, anilhas de marcação, buchas, conectores, cola, decapante, detergente neutro, esponja, espuma para vedação, estopa, fita de alta fusão, fita dupla face, fita isolante, fita veda roscas, fita silvertape, folha de lixa de ferro, graxa, massa para reparo de evaporadoras, pano, parafusos, porcas, querosene, rebites, silicone para vedação, spray lubrificante antiferrugem, terminais elétricos, vaselina, verniz, entre outros. Bem como recarga de gás de qualquer quantidade.

21

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência –Anexo I do Edital, sob o regime de Empreitada por Preço Global, nos termos do inciso XXIX, do artigo 6º da Lei nº.14.133/2021, cabendo à CONTRATADA tomar todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado aos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço total do contrato é de R\$ XXXX, incluídos, além do objeto contratado, os encargos sociais, previdenciários, trabalhista, fiscais e comerciais, bem como demais encargos incidentes, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, a administração, o lucro e deslocamentos de qualquer natureza, bem como qualquer outra despesa, ainda que não especificada e que possa incidir ou ser necessária à execução do serviço e do objeto da licitação.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000
Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

3.1.1. O valor contratado será pago em doze parcelas mensais, no valor mensal de R\$ xxxxxxx (por extenso)

3.2. O preço não sofrerá reajuste pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo após este período ser reajustado com base no INPC – (Índice Nacional do Preço ao Consumidor) acumulado no período, caso haja prorrogação do prazo contratual, observando os termos do inciso LVIII, artigo 6º da Lei 14.133/2021. Está previsto outro índice do Edital.

3.3. Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado o estabelecido nos artigo 135 da Lei 14.133/2021.

22

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Os serviços efetivamente realizados serão pagos de acordo com o previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, em até 5 (cinco) dias a contar da data de entrega da nota fiscal/fatura que deverá ser entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

4.1.1. Somente serão aceitas notas fiscais eletrônicas, com exceção das microempresas e empresa de pequeno porte.

4.2. Os pagamentos não serão efetuados nos seguintes casos:

4.2.1. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;

4.2.2. Inadimplência das obrigações da CONTRATADA, por conta do estabelecido no Contrato;

4.2.3. Não execução dos serviços nas condições estabelecidas no contrato;

4.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajuste de preço ou correção.

4.4. A Nota Fiscal / Fatura relativo a realização do serviço deverá ser enviada por e-mail: camara.esteio@esteio.rs.leg.br

4.5. As Notas Fiscais/ Faturas enviadas não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a CONTRATADA suportará os ônus decorrentes do atraso.

24

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses a contar de xx.xx.2024, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, no limite de até a 10 (dez) anos, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato estão lastreadas na seguinte dotação: 01 – Câmara de Vereadores

01 – Câmara de Vereadores

02 – Administração da Câmara

01.02.01.122.0014.2306- Gerir as Atividades Administrativas da Câmara de Vereadores

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

Dotação: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato pela CONTRATANTE estará a cargo de servidor ou pessoa designada para tal tarefa, que poderá comunicar à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas, e emitir o Termo de Fiscalização.

7.2. Quando necessário, emitir notificações à contratada demonstrando objetivamente os descumprimentos contratuais verificados pela fiscalização.

Parágrafo Único. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a ela relativas.

23

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

8.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente, associar-se a outrem, ceder, transferir total ou parcialmente, realizar fusão, cisão ou incorporação do objeto deste contrato, sem a expressa autorização pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

9.1.1. Mapeamento dos aparelhos e elaboração do PMOC (Plano de Manutenção e Operação e Controle), no prazo de 60 (sessenta) a contar da assinatura do contrato.

9.1.1.1. Entrega de Relatório técnico referente ao mapeamento dos aparelhos.

9.1.1.2. O PMOC, deverá ser apresentado com todas as informações obrigatórias, bem como com anotação de responsabilidade técnica (ART), o qual o custo será de responsabilidade da contratada.

9.1.2. Realizar de até 10 (dez) desinstalações e (dez) instalações por ano a custo da Contratada, bem como todo material como tubulação, gás, e peças necessária para o pleno funcionamento dos equipamentos objeto do presente contrato.

9.1.2.1. Sendo nos primeiros três meses, 8 (oito) desinstalações e 8 (oito) instalações.

9.2. Fornecer sem custo ao contratante as seguintes peças, sempre que avaliar necessário para o pleno funcionamento dos condicionadores de ar:

9.2.1. capacitores, display de temperatura, sensor de gelo, relés (para placa eletrônica, compressor e outros), contadores e fusíveis.

9.2.2. Materiais de consumo de menor custo, peças de baixo valor, que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: capacitores, álcool, anilhas de marcação, buchas, conectores, cola, decapante, detergente neutro, esponja, espuma para vedação, estopa, fita de alta fusão, fita

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

dupla face, fita isolante, fita veda roscas, fita silvertape, folha de lixa de ferro, graxa, massa para reparo de evaporadoras, pano, parafusos, porcas, querosene, rebites, silicone para vedação, spray lubrificante antiferrugem, terminais elétricos, vaselina, verniz, entre outros. Bem como recarga de gás de qualquer quantidade.

9.3. Atender aos chamados no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o comunicado.

24

9.3.1. MANUTENÇÃO CORRETIVA: A CONTRATANTE agendará uma visita técnica para realização de AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contatos a partir da comunicação pelo e-mail institucional cadastrado; A empresa deverá realizar aferição do equipamento e apontamento do que deverá ser corrigido, esse documento deve ser assinado pelo técnico avaliador e pelo fiscal. Se houverem peças que devem ser substituídas deverá ser informado nesse documento, principalmente as peças de responsabilidade da Contratante.

9.4. É dever empresa contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, E-MAIL INSTITUCIONAL, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

9.5. Oferecer atendimento via celular, para realização de chamado técnico para quaisquer imprevistos de operação do equipamento.

9.6. Fornecer peças novas, não se admitindo peças usadas ou recondicionadas.

9.7. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela empresa, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do fiscal, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

9.8. A empresa ao final do conserto deverá emitir laudo técnico, responsabilizando-se pelas informações apresentadas, informando sobre os ajustes que foram realizados.

9.9. Emitir um laudo, sob a responsabilidade da Contratada quanto aos equipamentos que não tenham mais condições de reparo e/ou manutenção, com a finalidade de baixa e destinação final.

9.10. Executar o objeto do contrato, conforme solicitação, devendo ser cumprida com força de trabalho própria e às suas expensas.

9.11. Assumir integral responsabilidade pelos contratos de trabalho que celebrar, assim como pelas obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais, relativas aos profissionais contratados, pois estes não terão nenhum vínculo empregatício e/ou administrativo com o Município, conforme o contido do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021.

9.12 Substituir, imediatamente, a partir do comunicado da rejeição, os produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições necessárias e estabelecidas pelos órgãos competentes, sendo que o tempo extradespendido poderá ser computado para aplicações das penalidades previstas neste instrumento.

9.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s) ou serviço (os).

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

25

9.14. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente instrumento.

9.15. Mobilizar a equipe necessária aos serviços e disponibilizar os equipamentos e acessórios necessários à sua execução com elevada qualidade e eficiência.

9.16. Prestar os serviços com integral observância das disposições deste contrato, de acordo com a melhor qualidade e técnica disponível no mercado e em estrita conformidade com o disposto na legislação aplicável, fornecendo mão de obra, equipamentos e quando assim determinado, materiais necessários para execução dos serviços, respondendo diretamente por sua qualidade e adequação.

9.17. Prestar os serviços com pessoal próprio devidamente habilitado e capacitado, cabendo-lhe a total e exclusiva responsabilidade pela coordenação, já que responsável legal administrativa e tecnicamente pelos serviços executados;

9.18. Atender, de imediato, toda a qualquer solicitação do CONTRATANTE quanto à substituição de mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

9.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus profissionais, de todas as normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE, substituindo, após a notificação, qualquer profissional considerado com conduta inconveniente ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;

9.20. Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de Segurança do Trabalho.

9.21. A CONTRATADA deverá cumprir o Artigo 116, da Lei 14.133/2024, com exceções contidas no Artigo 93 da Lei 8.213/1991, no Artigo 429 da CLT c/c Artigo 51, III da LC 123/2006, Art. 56, I do Decreto Federal 9.579/2018,

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituir-se-ão obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Fornecimento de peças, de respnsavilidade do CONTRATANTE:

10.1.1.1. compressor, motor do ventilador, hélice do ventilador, placa da condensadora, placa controladora, turbina da evaporadora.

10.1.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Contrato;

10.1.3. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;

10.1.4. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Contrato;

10.2. Exercer a fiscalização dos serviços;

10.3. Indicar, formalmente, o fiscal para acompanhamento/ fiscalização da execução contratual, via Portaria.

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

26

10.4. Encaminhar a liberação dos pagamentos mensais das faturas de prestação dos serviços, após devidamente analisadas e aprovadas pela fiscalização contratual;

10.5. Informar a CONTRATADA, previamente ao início dos serviços, e sempre que julgar necessários, todas as normas, as rotinas e os protocolos institucionais que deverão ser seguidos para a correta e a satisfatória execução dos serviços contratados, bem como indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos mesmos.

10.6. Cumprir com o Artigo 116 da Lei 14.133/2024, exceto nos casos previstos no Artigo 93 da Lei 8.213/1991, no Artigo 429 da CLT c/c Artigo 51, III da LC 123/2006, Art. 56, I do Decreto Federal 9.579/2018 com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal 11.061/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES.

11.1. O descumprimento de obrigações contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência escrita:

a) Considerando o número de advertências e a gravidade do descumprimento, poderá ser encaminhado o caso a autoridade competente, com pedido formal de rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável.

11.1.2. Multa:

a) Multa de 0,3% por dia de atraso relativamente a qualquer dos prazos previstos na Nota de empenho, aplicável sobre o valor total do Contrato, atualizado, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias;

b) Multa de 15% no caso de inexecução parcial do Contrato, atraso relativamente a qualquer dos prazos previstos no Contrato superior a 10 (dez) dias e limitado a 20 (vinte) dias, aplicável sobre o valor total do Contrato, atualizado;

c) Multa de 25% no caso de atraso relativamente a qualquer dos prazos previstos no Contrato, transcorridos 21 (vinte e um) dias do prazo estabelecido na Nota de empenho, e na **inexecução total do Contrato**, aplicável sobre o valor total do Contrato, atualizado.

11.3. A ocorrência das hipóteses previstas nas alíneas “b” ou “c” do subitem supra, a CONTRATADA, além da aplicação da multa, sofrerá as penalidades previstas no Artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

a) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano, por inexecução parcial do contrato;

b) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

11.4. No caso de aplicação de multa, a CONTRATADA será notificada, por escrito, da referida sanção administrativa, tendo o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000

Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, podendo a licitante efetuar as devidas compensações para quitação dos débitos.

11.6. Na aplicação dessas sanções administrativas serão admitidos os recursos previstos em lei, garantida a ampla defesa.

27

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

12.1. O presente Contrato pode ser rescindido nas hipóteses descritas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, observado os procedimentos do contraditório e ampla defesa.

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições contratuais estipuladas, sem que lhe caiba qualquer reclamação, com amparo no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Toda e qualquer alteração, no que couber, deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REGÊNCIA E DA VINCULAÇÃO.

13.1. O presente Contrato rege-se pelas cláusulas nele constantes, no edital e no Termo de Referência inclusive a proposta da CONTRATADA, e pelas disposições constantes da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

14.1. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na realização do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. CONTRATANTE é responsável por disponibilizar acesso aos documentos e à legislação relacionada com o objeto do presente contrato.

15.2. A CONTRATADA não pode fazer uso ou divulgar dados e informações relacionadas com este Contrato a terceiros ou a servidores da CONTRATANTE não designado para interagir junto às atividades descritas na CLÁUSULA PRIMEIRA, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente.

15.3. Faz parte integrante do presente contrato o Termo de Referência.

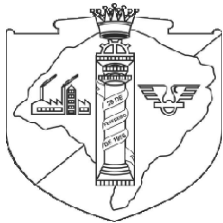
15.4. Os casos omissos a este Contrato serão definidos subsidiariamente nos termos previstos no Edital e na Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000
Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Esteio

16.1. As dúvidas e controvérsias oriundas do Contrato serão dirimidas no Foro de Esteio/RS, quando não resolvidas administrativamente.

E, assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Esteio, xxxx de xxxxxx 2024.



Cristiano Coutinho Mayer
Presidente

Carolina Alves Bettim
OAB/RS 61.519
Procuradora-chefe

Empresa
CNPJ:
Representante Legal
CPF

O PODER LEGISLATIVO É O ESTEIO DA DEMOCRACIA

Rua 24 de Agosto, 535 – CEP 93265-169 – Esteio/RS – Fone: (51) 3458.5000
Site: www.esteio.rs.leg.br – E-mail: camara.esteio@via-rs.net

DIGA NÃO ÀS DROGAS
Lei Mun. 2.705/97